

**EDcl no AgRg nos EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE
SEGURANÇA Nº 6.864 - DF (2008/0176898-3)**

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
EMBARGADO : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
INTERES. : JUCEMAR MARCON
INTERES. : JULIA VIVILI DE CASTRO TELHADO
INTERES. : LAHIRE FERNANDES LIMA FILHO
INTERES. : LAUDELINO MANERICK
INTERES. : LEONARDO ZEPLIN
INTERES. : LEONI SCHNEIDER
INTERES. : LEONTINO BUENO FRANCO
INTERES. : LUCIA CRIPA
INTERES. : LUCIA RODRIGUES PACHECO SILVA
INTERES. : LUCIANO ROSA
INTERES. : LUIZ NUNES
INTERES. : LUIZ SPRICIGO
INTERES. : MANOEL BASTOS LAUS
INTERES. : MANOEL DIAS
INTERES. : MARCIO DE ALENCAR MAYRINCK
INTERES. : MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA
INTERES. : MARIA ESTER MACHADO ALVES
INTERES. : MARIA SELVA OLINGER MEISSNER
INTERES. : MARIA T DA LUZ HENKEMAIER
INTERES. : MARILDE ZEN ROSAURO
INTERES. : MARINA VICENTE FREIRE DA ROCHA
INTERES. : MÁRIO JOSÉ SEVERINO
INTERES. : MÁRIO RALPH CORREA
INTERES. : MATHILDE KOESTER
INTERES. : MAURO LAURINDO PINHEIRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. JUROS DE MORA. COISA JULGADA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do Código de Processo Civil, não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição, omissão ou à existência de erro material no julgado.

2. Conforme consignado no acórdão embargado, “[...] tanto a limitação

temporal em virtude da reestruturação da carreira, quanto o percentual de juros incidentes ao mês foram analisados quando do julgamento do MS n. 6.864/DF e seus respectivos embargos de declaração, transitando em julgado o v. acórdão da e. 3ª Seção que determinou o pagamento de 3,17% a todos os filiados, bem como a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da impetração da segurança".

3. Reveste-se da imutabilidade própria da coisa julgada material a decisão que determinou a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, porquanto já fora objeto de apreciação no referido julgamento do MS 6.864.

4. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça o enfrentamento de suposta ofensa a dispositivos ou princípios constitucionais, ainda que para efeito de prequestionamento da matéria, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

5. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer, Laurita Vaz, Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Nefi Cordeiro e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Antonio Saldanha Palheiro.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019 (data do julgamento)

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator